

O APAGAMENTO CULTURAL E DESRESPEITO DOS DIREITOS CULTURAIS DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS AFRO NO CARNAVAL DE SALVADOR

Lis de Almeida Félix¹

Julie Lourau²

Resumo: O presente estudo traz como objetivo principal evidenciar que, apesar dos blocos afro serem um dos principais componentes do Carnaval de Salvador, sempre existiu na cidade um projeto político e social que visava o apagamento e silenciamento destes movimentos. A partir da análise de casos e denúncias, este trabalho busca expor que, por conta do racismo estrutural evidente no país, a cultura negra não vem recebendo a relevância e prestígio, apesar dos instrumentos jurídicos e protocolos internacionais de defesa disponíveis. Este artigo sinaliza que os representantes dos blocos Ilê Aiyê, Malê Debalê e Olodum, maiores blocos afro do festival, estão desde 2017 noticiando denúncias de falta de auxílio social e financeiro que representam um risco a manutenção da cultura que deu origem ao carnaval da cidade, ainda que existam direitos culturais garantindo sua existência. O estudo deste caso tem como escopo, portanto, contextualizar a criação do carnaval da cidade, sinalizar a grande influência que os movimentos de desfiles e cortejos afro presente no festival e defender a necessidade de políticas públicas e amparo financeiro para manutenção da cultura matriz da população negra e parda da cidade.

Palavras-chave: direitos culturais, blocos afro, carnaval de salvador, racismo.

¹ Lis Felix, Acadêmica de direito na Universidade Católica do Salvador. Acadêmica do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na Universidade Federal da Bahia. Bolsista e pesquisadora PIBIC/CNPq. Membro do grupo de pesquisa Antropologia, Fronteiras, Espaços e Cidadania (AFEC - UCSAL/CNPq) lis.felix03@gmail.com

² Julie Lourau, Doutora em Etnologia e Antropologia Social pela EHESS/França. Professora e Coordenadora do PPG de Políticas Sociais e Cidadania na Universidade Católica do Salvador. Líder do grupo de pesquisa Antropologia, Fronteiras, Espaços e Cidadania (AFEC - UCSAL/CNPq). julie.lourau@pro.ucs.br

Introdução

Em 13 de maio 1888 o Brasil, por pressão da Inglaterra, decretou o fim da escravidão a partir da Lei Aurea. O país, que foi o último a abolir o sistema escravocrata, carrega em sua história o fardo absurdo, perverso e racista que permanece promovendo o apagamento de símbolos da cultura negra e afrodescendente e o silenciamento político social. É absurdo que Salvador, cidade dentro da Bahia com mais pessoas negras e pardas fora do continente africano, evidencie há 472 anos ações políticas segregacionistas e marginalização da cultura histórica da grande massa populacional presente na cidade.

Contrariando o mito da democracia racial, que supõe haver uma equidade entre o tratamento entre os indivíduos brancos e negros e suas singularidades, ao estudar como suas culturas são tratadas e difundidas é evidente a segregação e a marginalização da cultura negra de matriz africana, ainda que tenham sido a base de inúmeras manifestações culturais no país. Este estudo evidencia que as manifestações de matriz africana eram julgadas pela elite europeia escravocrata como movimentos de rebeldia e revelia (NOVAES, 2004) mas, em contrapartida, serviu como base para que estes organizassem e desenvolvessem suas próprias manifestações e chegassem a reivindicação de uma identidade comum, distinta do padrão cultural europeu, com inspiração nas matrizes culturais africanas. O Ilê Aiyê cantava em 1993, no Canto Negro, “Somos crioulo doido, somos bem legal. Temos cabelo duro, somos Black Power. Que bloco é esse? Eu quero saber. É o mundo negro que viemos mostrar pra você”.

Esta pesquisa de natureza qualitativa é desenvolvida com base no método descritivo e de revisão bibliográfica, trazendo entrevistas dos líderes dos blocos afro, distinguindo aspectos singulares de cada cortejo. Será evidenciado, a partir da análise histórica e levantamento de denúncias jornalísticas feitas por presidentes dos blocos afro desde 2017, qual foi o contexto histórico e político social que moldou o carnaval da cidade de Salvador, quais fatores e estigmas levaram ao segregamento dos cortejos afro e quais são as consequências disto para a manutenção da cultura e efetivação dos direitos culturais dos cortejos carnavalescos de matriz africana.

A mudança na estrutura do carnaval da cidade e na mentalidade dos foliões ao longo dos anos afetou diretamente a efetivação dos direitos culturais dos blocos de matriz africana.

O estudo de caso neste trabalho questiona se os blocos e cortejos afro-brasileiros recebem o devido prestígio, importância e apoio para continuar praticando seus desfiles anuais no carnaval de Salvador.

1. A criação do carnaval sob moldes racistas e segregacionistas

O Entrudo, brincadeira feita em Salvador entre familiares com limões de cheiro que começou a ocorrer entre os séculos XVI e XIX, eram os primeiros indícios de um futuro carnaval. Por volta de 1850 havia na cidade dois carnavais em duas partes diferentes da cidade, pois, de um lado havia nas vielas e nas ruas blocos montados por pessoas negras, pardas e pobres e, do outro lado a elite europeia se organizavam dentro de clubes e salões fechados (QUEIROZ, 1980). Por conta da segregação racial, e conseqüentemente cultural, existente no Brasil a cultura de matriz africana sofreu preconceitos desde o início do seu período colonial.

A cada ano a elite europeia desenvolveu ainda mais o festejo, estendendo seus espetáculos nos clubes privados para as ruas e propondo seus próprios blocos e, no futuro, camarotes. O lugar de distração do povo negro, portanto, foi sendo diminuído e marginalizado, promovendo uma evidente discriminação (MIGUEZ, 2008) que acompanhamos até hoje no século XXI.

Sansone (2000) relembra que, para além disto, os imigrantes europeus que chegavam ao país trouxeram suas próprias expressões culturais enquanto os indivíduos escravizados não tinham permissão para expressar sua cultura e tradições de forma aberta. Faz-se essencial compreender esses princípios sob o qual o carnaval de Salvador foi organizado para compreender a atual e evidente segregação étnica e econômica da festa.

Vieira apud Góes (1982) notam que a tensão “festa versus espetáculo” existia porque a manifestação feita pela elite branca era somente um espetáculo, como muitos outros, enquanto as batucadas dos negros e do contingente populacional de baixo poder aquisitivo criavam sons inovadores e os primeiros blocos na Baixa do Sapateiro em Salvador. Ainda assim, os eventos, que aconteciam concomitantemente em espaços diversos, se entrelaçam entre si devido a inserção dos sons, instrumentos e ritmos de origem afro no repertório das

demais músicas e blocos não afro (DANTAS, 1994). Essa dimensão do contágio festivo pode ser observada nas letras de algumas músicas:

Avisa lá que eu vou chegar mais tarde
Vou me juntar ao Olodum que é da Alegria
É denominado de vulcão
O estampido ecoou os quatro cantos do mundo
Em menos de um minuto, em segundos
Nossa gente é quem bendis, é quem mais dança
Os gringos se afinavam na folia
Os deuses igualando todo encanto
Toda dança, rataplam dos tambores gratificam
(OLODUM, 1992)

Até 1970 as entidades carnavalescas utilizavam meios independentes como o “Livro de Ouro”, que registrava as assinaturas das doações feitas por amigos e familiares para arrecadar fundos para se manter (SALOMÃO, 1987, p. 17). Mas, em 1980 houve uma expansão mundial do prestígio pela cultura étnica por conta da notoriedade que alguns artistas negros e pardos alcançaram. Neste momento a cultura negra começou a ser viável economicamente e se tornou uma mercadoria lucrativa (segmento da World Music), fazendo com que momentaneamente recebessem atenção externa. Sabendo que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 46,5% da população do Brasil se auto-reclara pardo e 9,5% se autodeclara como preto, e que as tradições negras e os blocos afro são um dos principais componentes do carnaval de Salvador, o governo do estado, empresas privadas e demais entidades nacionais não governamentais não deviam investir e promover a devida atenção para estas manifestações?

2. Os blocos afro: história, estigmatização e obstáculos

Como forma de protesto contra o racismo, o bloco afro Ilê Aiyê³, criado em 1974 dentro da Liberdade, um bairro periférico de Salvador, trazia como pauta a celebração de

³ Ilê Aiyê significa "casa terra" na língua iorubá, idioma de origem nigero-congolesa. Disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo636197/ile-aiye>. Acesso em 20/04/2021.

personalidades negras brasileiras e africanas, a ressignificação dos atributos da estética africana e o respeito à cultura dos afro descendentes. Conforme Risério (1981, p. 43), o bloco não obteve apoio total da população negra por medo de possíveis represálias. Ele saiu na rua sob olhares da Polícia Federal, vaias da sociedade e críticas da imprensa devido às pautas que o bloco levantou no desfile. A primeira saída deste bloco foi considerada como uma provocação, pois o desfile era reservado às pessoas negras, em resposta aos blocos de barões que eram constituídos exclusivamente de jovens brancos. A diferença é que a segregação operada pelos blocos de barões era feita de modo silencioso, seguindo o padrão do que hoje chamamos de racismo estrutural, ou seja, mecanismos racistas infiltrados em todas as relações sociais, perpetuando a lógica escravocrata no qual o país foi forjado (ALMEIDA, 2018).

Moradores do Pelourinho, bairro localizado no centro histórico da cidade, deram origem ao bloco afro Olodum⁴ em 1979, trazendo diferentes sonoridades de instrumentos de raiz africana e inovando, propondo projetos socioculturais importantes como forma de ação afirmativa à comunidade negra. Mesmo não sendo o pioneiro, o Olodum é um dos representantes dos blocos que mais receberam notoriedade nacionalmente, com seus *singles*, símbolos e cores marcantes, e internacionalmente, com participações em álbuns e singles internacionais, como Paul Simon, Michael Jackson e Jimmy Cliff.

Os sons do bloco afro Malê Debalê⁵ começaram a ser ouvido em 1979 em diferentes partes da cidade, passeando entre Itapuã, Garcia e Tororó. O Malê se inseriu junto aos demais blocos acrescentando mais danças envolventes, fazendo trabalhos educativos comunitários e se consagrando no cenário musical com suas reflexões de resistência e luta do povo negro.

“Conspiração na bahia
contra a escravidão e a opressão
Malês, ícones da ressurreição
O poder da África está aqui
e a força da África está entre nós

⁴ Olodum significa "Deus dos Deuses" em iorubá, como mais um indício da cultura afro. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=54049>. Acesso em: 20/04/2021

⁵ Malê é em homenagem a Revolta dos Malês, movimento de negros mulçumanos no Brasil, enquanto "Debalê" traz a conotação de felicidade. Disponível em <https://www.salvadorbahia.com/experiencias/male-debale/>. Acesso em 20/04/2020.

e a comunidade negra clama uma só voz
Reparação já
Não estamos sós!
Levanta a cabeça, acorda negro
é hora da união!
Malê debalê convoca para outra revolução”
(BANDA MALÊ, 2014)

A ideia de ressurreição vinculada por essa música nos remete à morte simbólica que Achille Mbembe (2018) descreve como sendo a proibição e os obstáculos que a população negra sofre na tentativa de propagar sua fé e sua cultura. A morte simbólica ainda pode ser vista na diminuição de patrocínio aos blocos afro, assim como nos mecanismos de marginalização da cultura negra e periférica que se vê relegada às margens da festa oficial e enquadrada por uma forte repressão policial (LOURAU, 2020).

Em 1999, o carnaval de Salvador já estava sendo visado por investidores para receber amparo econômico em busca de um desenvolvimento maior e capaz de agregar mais turistas (CADENA, 2014). No momento em que a dor e a luta do povo negro podia ser comercializada (SANSONE, 2000) e utilizado por não negros, não era mais do interesse econômico do mercado cultural investir diretamente em grupos culturais exclusivamente negros e periféricos. Em compensação, o segmento da música Axé conhece fortes investimentos até hoje.

O documentário produzido em 2017 por Chico Kertész, *Axé: Canto do Povo de Um Lugar*, retratou esta questão com relatos dos grandes nomes do carnaval debatendo a criação do carnaval, seus blocos e seus ritmos. Em certo ponto filme o músico Letieres Leite e o cantor Ninha, duas figuras essenciais na indústria musical baiana, discutem que foi retirado o protagonismo dos negros da sua própria cultura e produções, fazendo com que os artistas que deram origem a base musical do axé não desfrutaram do prestígio social e econômico alcançado pelos demais artistas que utilizavam a mesma tendência sonora que eles.

3. Estudo sobre a efetivação dos direitos culturais para os blocos afro

Os direitos culturais, por serem categorizados por direitos humanos de segunda geração (PIOVESAN, 2009) são discutidos e defendidos por alguns instrumentos jurídicos e convenções internacionais.

O debate acerca da inserção de políticas de ações afirmativas e de reparação se intensificou no Brasil a partir de III Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e formas de intolerância, em 2001. No mesmo ano, a 1ª Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural proposta pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura estabeleceram que é essencial a manutenção da cultura ao longo do tempo e espaço por se tratar de um patrimônio comum da Humanidade.

Em 2010 o desfile e cortejos de Afoxés⁶ foi classificado como patrimônio cultural imaterial do estado da Bahia pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E, em 2017, o projeto de Lei nº 22.249 foi aprovado pela Assembleia Legislativa da Bahia e reconheceu o bloco Olodum como patrimônio cultural imaterial do Estado da Bahia

Todavia, os presidentes e membros dos blocos afro da cidade vêm ao longo dos últimos anos divulgando que o valor arrecadado para produzir seus desfiles não é equivalente ao valor necessário para levá-los à rua. Desde 2017 tem sido noticiado riscos dos três maiores blocos afro de Salvador não conseguirem participar do festival. Em 2017, Cláudio Araújo, presidente do Malê Debalê se pronunciou sobre a falta de verba, em 2018 foi João Jorge, do Olodum, que apontou a substituição e diminuição de acordos financeiros antigos com empresas nacionais e em 2020 o bloco Ilê Aiyê foi anunciado como inapto para participar e concorrer o maior edital de fomento a cultura da Bahia.

Outro ponto a ser debatido é a necessidade de editais de amparo de projetos, baseado nos direitos culturais, para manutenção e direcionamento de verbas governamentais as manifestações culturais de matriz africana no Brasil, em busca do cumprimento da Constituição Federal da República Federativa do Brasil que possui no seu ordenamento inúmeros dispositivos com intuito de preservação cultural, estando no artigo 24, inciso VII, a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, no artigo 5º,

⁶ Os Afoxés se distinguem dos blocos afro pelo ritmo tocado (os blocos afro são marcados pelo samba reggae), mas compõem a mesma categoria de manifestações afro-brasileiras durante o carnaval.

inciso IX, a defesa de que todos são iguais perante a lei nos termos que é livre a expressão da atividade artística e no artigo 215, caput, § 1º, inciso V, a garantia do estado do pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, valorizando a diversidade étnica e regional e protegendo as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Este quadro legal, por mais que seja de grande importância, ainda não consegue garantir a efetividade dos direitos culturais e vida digna para os artistas afro-brasileiros do carnaval de Salvador. Por tanto, importante se faz dar continuidade e ampliar a implementação de políticas afirmativas para todas as formas musicais e performáticas de matriz africana dentro e fora do carnaval.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo aborda que, apesar da importância cultural que as manifestações afro trazidas pelos blocos afro possuem no carnaval de Salvador, é nítida a falta de recursos, amparo, defesa e respeito. As denúncias trazidas pelos presidentes dos blocos evidenciam um descaso e falta de auxílio do governo federal, governo do Estado e empresas patrocinadoras do festival. O objetivo dessa pesquisa é apontar, portanto, que os instrumentos internacionais e amparos jurídicos nacionais não tem sido eficaz para manutenção e proteção da cultura matriz dos afrodescendentes.

As frequentes e atuais denúncias abordadas expõem a falta de prestígio e risco de perda de expressões culturais que, além de serem matriz da maior parte da população da cidade (e do país), tem seus instrumentos, sons e ritmos afro como base musical de músicas não negras, evidenciando uma negligência alarmante que deve ser corrigida com implementação de políticas afirmativas para as expressões culturais de matriz africana que constituem grande parte da riqueza cultural da cidade de Salvador.

REFERÊNCIAS

- BANDA MALE. Malê A Insurreição. Salvador: Marcos Alafin. Disponível em <https://open.spotify.com/artist/5ubvJ5b8SdMiFUcnKnweKB>. Acesso em 20 abril 2021
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 abril 2020.
- CADENA, Varón Nelson. **História do carnaval da Bahia: 130 anos do carnaval de Salvador. 1884-2014**. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2014. 268p
- DANTAS, Marcelo. Olodum: de bloco afro a holding cultural. Salvador: Grupo Cultural Olodum, Fundação Casa de Jorge Amado, 1994. 130 p.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- GÓES, Fred de. **O país do carnaval elétrico**. São Paulo: Corrupio, Baianada nº 4, 1982.
- OLODUM. **(Nossa Gente) Avisa Lá**. Salvador, Sony Music Entertainment, 1992. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iAj6NlrV5NA>. Acesso em 20 abril 2021.
- IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2019. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em 15 abril 2021.
- ILÊ AIYÊ. **Que Bloco É Esse?**. Salvador, Estúdio Eldorado: 1993. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PJbmHF5DYYI>. Acesso em 20/04/2021.
- LOURAU, Julie. **Carnaval, periferia e colonialidade no Brasil**. Journal des anthropologues, 160-161, 2020. Disponível em <http://journals.openedition.org/jda/9577>. Acesso em 25 abril 2021.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- NOVAES, Adauto (org). **Civilização e Barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ONU. **Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância**. 2001. Disponível em:

http://dhnet.org.br/dados/conferencias/internacionais/manual_gddc_racismo.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura. **Evolução do carnaval latino-americano"**. *Ciência e Cultura*, ed 32, p. 1477-86, 1980.

RISÉRIO, Antônio. **Carnaval Ijexá**. Salvador: Corrupio, 1981. (Baianada, n. 2).

SANSONE, Livio. **Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil**. Rio de Janeiro: *Mana* vol.6 n.1, 2000.

UNESCO. **Declaração Universal sobre Diversidade Cultural**. Paris: Unesco, 2001.

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> Acesso em: 23 jun. 2019.

ARTIGOS DE JORNAIS CONSULTADOS

“Carnaval: Em busca de recursos, blocos afro alteram tradições e criticam edital de financiamento”, João Souza e Eric Luis Carvalho, G1 BA fevereiro 2020.

“Desfile dos Afoxés é patrimônio cultural da Bahia”. IPHAN, dez 2010.

“Em entrevista, Vovô do ilê lamenta pouco investimento em blocos afro”. *Varela Notícias*, fev 2019.

“Malê Debalê e Muzenza correm risco de não sair no Carnaval”. *iBahia*, Roberto Midlej, fev 2017.

“No mês da Consciência Negra, bloco afro revivem incertezas e o drama da falta de apoio”. *Bahia Notícias*, Jamile Amine, nov 2018.

“Tradicional caminhada Curuzu-Pelô não aconteceu esse ano”. *Sociedade*, Felipe Oliveira nov 2018.